



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

DA FINALIDADE: SUPRIR A DEMANDA DE ENERGIA ELETRICA DA PREFEITURA E UNIDADES.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	V. UNIT	V.TOTAL
01	SERVIÇO DE LIGAÇÃO DE AGUA E ENERGIA ELETRICA – TIPO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA.	50	R\$	R\$2.109.959,60

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, pessoa jurídica de Direto público, cadastrada no CNPJ: 03.133.097/0001-07 com sede administrativa à Rua Dom Aquino, n. 346, Centro, CEP: 78.770-000, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor **CLAUDINEI SINGOLANO**, CPF: 051.358.398-01, RG: 9.209.732 SSP/SP, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Alexandre dos Santos nº 22 – Bairro Novo Horizonte – CEP: 78.770-000 – Alto Garças – MT.

CONTRATADA: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 03.467.321/0001-99, com Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº 0C9C.D391.6017.8D7B, estabelecida à Rua: Vereador João Barbosa Caramuru, 184 Bandeirantes, Cuiabá - MT 78.010-900.





DA JUSTIFICATIVA: A inexigibilidade de licitação se justifica por ser um serviço exclusivo por uma empresa concessionária de energia no Mato Grosso.

DO RESPALDO: A inexigibilidade de licitação tem respaldo no art. 25 Inciso I, da Lei nº 8.666/93 de 21.06.1993.

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do Contrato Social em vigor, devidamente registrado na junta comercial;
- b) Cópia autenticada do RG e CPF dos Sócios

REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) Certidão negativa de débitos federal;
- c) Certidão negativa de débitos estadual;
- d) Certidão negativa de débitos (FGTS)
- e) Certidão negativa de débitos (INSS)
- f) Certidão negativa de débitos Trabalhistas

DO VALOR: R\$2.109.959,60 (dois milhões e cento e nove mil e novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos); os quais tais importâncias incluem as despesas relativas a tributos federais, estaduais e municipais por ventura incidentes sobre a atividade contratada, fretes, deslocamentos, seguro contra acidente de trabalho e emolumentos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciárias.

FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento deverá ser efetuado até 05 dias após a realização dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, atendo totalmente as especificações mínimas estabelecidas no Contrato. Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos ao Contrato, ainda que a requerimento da CONTRATADA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

As despesas relativas a esta contratação correrão por conta de recursos de programas nas dotações orçamentaria do Parecer Contábil em anexo.

Ratifico a inexigibilidade de licitação nº 01/2020 dos procedimentos licitatórios, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada;

Alto Garças - MT, 02 de Janeiro de 2020.





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação





PARECER JURÍDICO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Trata-se de solicitação de contratação de empresa especializada em fornecimento de energia elétrica para suprir as necessidades da Administração Pública Municipal.

Vê-se aí a necessidade, a conveniência e a oportunidade da referida contratação, assim como a correta aplicação dos ditames legais e as recomendações do Tribunal de Contas.

Em relação à inexigibilidade do processo licitatório, o art. 25 da Lei 8.666/93, é claro ao afirmar que “é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição”.

Assim, é certo que a inviabilidade de competição se caracteriza como ausência de possíveis competidores aptos a fornecer o objeto pretendido.

Cumprе destacar que o fornecimento de energia elétrica se trata de serviço público essencial prestado no Estado de Mato Grosso por empresa concessionária, tendo exclusividade na prestação de referido serviço, portanto inexistе possibilidade de competição.

Ressaltamos porém que esta assessoria jurídica indica a realização de processo de inexigibilidade de licitação tendo em vista a impossibilidade de competição fundamentada no caput do artigo 25 da Lei 8666/93, não entendendo ser caso de dispensa de licitação baseada no artigo 24, XXII da mesma legislação em razão de que a dispensa de licitação somente se dá quando existe possibilidade de competição de fornecedores, o que não é o caso destes autos.

Isto posto, o Parecer dessa Assessoria Jurídica é pela constitucionalidade e legalidade no processo de inexigibilidade de licitação para a contratação do serviço mencionado por ser esta a mais adequada a plena satisfação do objeto contratado e pela conveniência e particularmente, oportunidade, de tal contratação.

É o parecer.

Alto Garças - MT, 02 de janeiro de 2020.

Gislaine Sara Moreira Moraes Martins
Assessora Jurídica
OAB/MT 7062

